



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

CONCURSO PÚBLICO

**Contratação do fornecimento contínuo de sacos
descartáveis para contentores semi-enterrados tipo
“MOLOK”**

Caderno de Encargos



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal o **fornecimento contínuo de sacos descartáveis para contentores semi-enterrados tipo “molok”**.

Artigo 2º

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Artigo 3º

Prazo e regime do fornecimento

- 1- O contrato vigora até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou até ao final do ano de 2017, consoante o que ocorra em primeiro lugar.
- 2- O fornecimento é contínuo (faseado) durante o período de vigência do contrato, sendo que as entregas dos bens contratados, serão efetuadas em parcelas, de acordo com as solicitações da Câmara Municipal de Loulé, bem como o fornecedor fica obrigado a fornecer todas as quantidades solicitadas durante o período de vigência do mesmo.
- 3- A Câmara Municipal de Loulé não fica obrigada a abastecer-se em regime de exclusividade absoluta ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil.
- 4- A Câmara Municipal de Loulé não fica obrigada a completar, no período de vigência do contrato a aquisição das quantidades indicadas no mapa de quantidades constante da parte II deste caderno de encargos, uma vez que as mesmas são meras estimativas, que se destinam apenas a fornecer uma indicação geral das quantidades previsíveis e a permitir o cálculo do preço base do fornecimento.
- 5- Durante a vigência do contrato pode a entidade contratante solicitar quantidades de bens superiores ao previsto no mapa de quantidades no respetivo item, desde que em caso algum se ultrapasse o montante total do contrato.
- 6- Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha adquirido bens no valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o fornecedor reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé.



Artigo 4º

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na proposta, fichas técnicas e amostras apresentadas;
- b) Obrigação de garantia dos bens.

Artigo 5º

Entrega dos bens objeto do contrato

1- As entregas dos bens serão efetuadas no Armazém Geral da Câmara Municipal de Loulé, sito na Franqueada, em Loulé, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a entidade pública contratante.

2- O fornecedor deverá dispor dos meios necessários à completa descarga dos bens a entregar, para o local de armazenamento.

3- Por motivos de gestão interna de *stocks* reserva-se a Câmara Municipal de Loulé o direito de acordar com o adjudicatário, caso a caso um prazo de entrega diferente do contratual.

Artigo 6º

Conformidade e operacionalidade dos bens

1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.



4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 7º

Certificação da entrega e garantia de qualidade

1- A Câmara Municipal de Loulé, representada por quem vier a ser nomeado para o efeito, procederá à certificação da entrega dos bens fornecidos tanto no que diz respeito às quantidades como em relação à conformidade com a documentação técnica do fornecimento bem como relativamente a outras condições do fornecimento, no prazo de 3 dias úteis a contar da data do dia seguinte ao da respetiva entrega.

De cada um dos lotes entregues colher-se-ão, sempre que se entenda necessário três amostras, destinando-se uma delas ao fornecedor, outra à entidade contratante e ficando a terceira de reserva na posse deste último, até ao encerramento do processo de fornecimento.

2- Sempre que a entidade contratante tenha dúvidas quanto à qualidade do fornecimento, pode tornar obrigatória a realização de ensaios, além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o adjudicatário sobre as regras a adotar.

Nos ensaios serão usadas as amostras recolhidas de acordo com o estipulado, sendo que em caso de desacordo entre as partes proceder-se-á ao ensaio da terceira amostra em laboratório oficial, considerando-se definitivos, para todos os efeitos, os seus resultados.

Caso os resultados dos ensaios não se mostrem satisfatórios, as despesas com os mesmos serão da responsabilidade do adjudicatário, caso contrário serão por conta da entidade contratante.

3- A entidade contratante poderá rejeitar um lote de produtos, caso este não se encontre em conformidade, com o contratado. Esta rejeição só será definitiva se existir acordo entre as partes ou se os ensaios realizados não se mostrarem satisfatórios.

Em caso de rejeição definitiva de bens fornecidos, é da inteira responsabilidade do adjudicatário a sua remoção do local onde se encontram acondicionados, bem como todas as despesas inerentes ao seu transporte, deposição, ou reciclagem.

4- É ainda da inteira responsabilidade do fornecedor a entrega das correspondentes quantidades de bens, à entidade contratante, nas condições e prazos indicados para o fornecimento de encomendas.



Artigo 8º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 9º

Preço contratual

- 1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objecto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3- Os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.

Artigo 10º

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades requisitadas pelos serviços e fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após a Câmara Municipal de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.



3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 11º

Penalidades contratuais

1- Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária, calculada sobre o valor da encomenda, de montante a fixar nos seguintes termos:

- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites.



Artigo 12º

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Artigo 13º

Resolução por parte do contraente público

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Artigo 14º

Resolução por parte do fornecedor

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



Artigo 15º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16º

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17º

Preço base

O preço base do procedimento é € 80.000,00 (oitenta mil euros), e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do concurso.

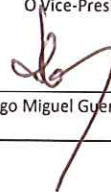
Artigo 18º

Preço Anormalmente Baixo

Considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for igual ou inferior a € 40.000,00 (quarenta mil euros), de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 115º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 19º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 20º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO FORNECIMENTO

Os produtos a adquirir deverão ter as seguintes características:

1.1 - Matéria prima – Polietileno de baixa densidade (PEBD) 100% virgem;

1.2 - Processo de Fabrico – Co-extrusão que componha o polietileno em três camadas sendo a face exterior na cor cinza e a interior na cor preta.

1.3 – Estanqueidade – Os sacos têm de ser estanques de modo a impedir a saída de líquidos existentes no seu interior durante a sua utilização, pelo que deverão apresentar dupla soldadura num dos topos.

1.4- Cada saco deverá ter na parte exterior impressão bem visível com indicação do fabricante e da data de fabrico (mês e ano).


1.5 - Dimensões e características mecânicas:

	SACOS "MOLOK" 5 m ³	
	DIMENSÕES	TOLERÂNCIA
Comprimento	3700 mm	± 25mm
Largura Total	2550 mm	± 25mm
Espessura Média	0,04 mm	±12%
Tracção Longitudinal	23,0 MPa	±10%
Tracção Transversal	24,0 MPa	±10%

1.6 - Os bens a fornecer terão as qualidades, dimensões, formas, cores e demais características definidas nas peças escritas e desenhadas que compõem a documentação técnica dos produtos a fornecer, bem como devem



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

apresentar-se em conformidade com as respetivas amostras padrão apresentadas a concurso, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos.

1.7 - O fornecedor não pode em caso algum fornecer bens que não correspondam às características do fornecimento.

2. QUANTIDADES PREVISTAS

ARTº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Fornecimento de sacos descartáveis para contentores semi-enterrados do tipo "Molok", de 5000 (cinco mil) litros de capacidade	50.000 unidades

3. REQUISITOS A QUE SE OBRIGAM OS FORNECEDORES DA DIVISÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA

A Divisão de Limpeza e Higiene Pública integra um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos.

3.1- Requisitos Gerais

3.1.1- Os concorrentes deverão garantir que os requisitos aplicáveis no âmbito do SGI são considerados na elaboração da sua proposta, bem como em caso de adjudicação são comunicados e cumpridos pelos seus colaboradores e subcontratados;

3.1.2- Com vista a garantir o cumprimento dos requisitos, ficam sujeitos a possíveis auditorias ou ações de fiscalização, a realizar por colaboradores da DLHP, ou de outra entidade contratada para o efeito, sempre que esta o entender;

3.1.3- O fornecedor fica obrigado a disponibilizar os meios necessários ao normal decurso das ações de fiscalização ou auditoria, devendo igualmente, sempre que solicitado, facilitar o acesso a instalações bem como ao fornecimento de dados, documentos, ou outros elementos solicitados pela DLHP, ou por quem for designado para o efeito;

3.1.4- Em qualquer momento pode a DLHP solicitar resposta a inquéritos ou questionários;

3.1.5- O adjudicatário é avaliado periodicamente no âmbito do impacto no serviço, cliente e ambiente relativamente à execução do contrato. A periodicidade de avaliação é definida pela DLHP.

3.1.6- A avaliação do adjudicatário será feita com base nos seguintes critérios, se outros não se encontrarem definidos no momento da avaliação:

a) Características do produto;



- b) Cumprimento / adequabilidade do prazo de entrega;
- c) Acessibilidade / Disponibilidade para pedidos de informação / resposta a reclamações;
- d) Serviços técnicos de suporte, manutenção e pós-venda;
- e) Qualificação Ambiental do fornecedor;
- f) Existência de procedimentos do fornecedor no âmbito da gestão ambiental;
- g) Inexistência de reclamações ambientais de Clientes/Partes Interessadas do fornecedor.

3.1.7- Sempre que a DLHP considere justificável, poderá solicitar ações de melhoria ao adjudicatário, de forma a contribuir para o aumento da satisfação dos clientes e qualidade dos bens fornecidos.

3.2- Requisitos Ambientais

3.2.1- Regras gerais

- a) O adjudicatário deve atuar de acordo com a regulamentação e legislação em vigor relativa à proteção do ambiente;
- b) O Adjudicatário deve verificar se os equipamentos e máquinas a utilizar não ultrapassam os níveis de ruído permitidos por lei e, caso tal aconteça, devem aplicar as medidas corretivas necessárias;
- c) Os bens fornecidos, deverão estar em cumprimento com toda a legislação ambiental nacional e comunitária aplicável.
- d) Em todos os casos devem ser adotadas as medidas e boas práticas de gestão ambiental, com vista ao controlo e minimização de impactes ambientais, nomeadamente redução da produção de resíduos, gestão adequada dos mesmos, bem como diminuição da poluição do ar, água, solo e ruído.
- e) O custo de reparação de eventuais danos ambientais causados pelo desrespeito das regras ambientais definidas neste documento será imputado à empresa responsável pela situação.


3.2.2- Gestão de Resíduos

- a) É da responsabilidade dos fornecedores da DLHP, assegurarem a gestão dos resíduos produzidos no decorrer das suas atividades, devendo garantir o respetivo acondicionamento, identificação, transporte e encaminhamento para destino final adequado por operadores autorizados. Deverá ser enviada à DLHP uma cópia da(s) licença(s) do operador(es) de gestão de resíduos.
- b) Na sequência do envio dos resíduos para destino final adequado, deverão preencher o modelo A da Guia de Acompanhamento de Resíduos (Mod. 1428 da INCM), e enviar uma cópia do triplicado (destino final/destinatário) à DHPRS, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de deposição.
- c) No Plano de Gestão de Resíduos, deve constar de entre outros elementos que se considere oportunos:

- ☒ Tipologia (designação) dos resíduos decorrentes da execução dos serviços em causa;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- ☒ Código da Lista Europeia de Resíduos (LER), de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março;
- ☒ Classificação dos resíduos em termos de perigosidade;
- ☒ Práticas propostas relativamente ao acondicionamento e armazenamento temporário;
- ☒ Destino Final Adequado (destino, empresa, operador);

d) Os resíduos encaminhados pelas empresas adjudicatárias provenientes da execução de um contrato, são da responsabilidade do adjudicatário e geridos por estes nomeadamente no que diz respeito às deposições em destino final adequado, através de entidades licenciadas e aprovadas pela Câmara Municipal de Loulé.